

09129596/DR/BSB
UNIÃO NAC DOS ANALISTAS E
TEC DE FIN E CONTROLE
CORREIOS



Conacon

Dezembro de 2012

Plenária Final

Congressistas aprovam 40 diretrizes

Transparência

Lei de acesso à informação marca o debate

Sucesso

Congresso surpreende servidores







Um congresso memorável

Il Conacon encerra com chave de ouro o primeiro ano de gestão da atual Diretoria Executiva Nacional. Seja pelo alto grau de ressonância junto a Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, que deram

vida e voz ao Congresso, seja pelo elevado nível dos palestrantes e dos debates que propiciaram, temos motivos de sobra para comemorar. Nosso "cartão de visitas", que é como entendemos um evento dessa natureza, pôs em evidência a qualificação técnica dos servidores da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional. Em destaque, também, os desafios dos sindicatos na esfera do setor público.

O Congresso reacendeu o ânimo político-sindical de dirigentes e filiados. Para além do fortalecimento de laços afetivos – fundamental para superar o individualismo característico do mundo contemporâneo – um propósito comum deu norte ao evento: encontrar formas de melhor servir à sociedade e ao país. "A Carreira de Finanças e Controle e a Qualidade do Gasto Público", com efeito, foi um tema muito feliz por centrar a atenção dos congressistas na contribuição que podemos dar para um serviço público cada vez mais qualificado e responsivo às demandas sociais.

Ao final do encontro, uma plenária amplamente democrática e representativa aprovou 40 diretrizes estratégicas para o fortalecimento da carreira e o aprimoramento institucional, assim como estabeleceu metas para a atuação da entidade. Sem dúvida, essa construção coletiva foi fundamental para conferir legitimidade e força ao trabalho sindical.

Fica aqui nosso agradecimento a todos que participaram do II Conacon!

Boa leitura!

Rudinei Marques
Presidente

Um evento dessa natureza, pôs em evidência a qualificação técnica dos servidores da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional





Diretoria Executiva Nacional

Presidente

Rudinei Marques

Vice-Presidente

Márcia Uchôa

Secretário Executivo

Daniel Lara

Diretor de Finanças

Filipe Leão

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberto Kodama

Diretor de Comunicação Social

Júlio Possas

Conselho Fiscal Nacional

Laura Márcia de Souza Lima Safi - Jonil Rodrigues Loureiro José Alves Neto

Conselho de Ética Nacional

Franklin Brasil Santos - José Francisco de Lima Malta Teixeira de Araújo Carneiro

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Corinto Silveira Santos - Patrícia Gebrim - Arivaldo Pereira Sampaio - Emerson Brandão dos Santos - Cecilia Maria Ferreira Frederico Carlos Janz - Rossana Valéria Gonçalves - Godofredo da Silva Neto - Dalvina Macedo de Oliveira - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Cesário de Souza Gonzalez

Delegados Sindicais nos Estados

Adalto Erdmann De Almeida -PR, Alex Gomes da Silva - AM, Antonio Jose da Silva - RN, Antonio Roberto da Silva - SC, Arlette Anna Martins - RJ, Ícaro Fernandes -MT, Cariolando da Silva Farias - MS, Carlos Augusto de Sousa Maia - MG, Carlos Renato Correa Leite - RS, Estevam Henrique Silveira Barbosa - PA, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Ery Mendes da Silva - BA, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Pedro Jerônimo de Oliveira - PB, Joao Augusto Calzado Gomes - RO, Lino de Oliveira Gonçalves - CE, Rivadávia José Soares - PE, Sandro Menezes da Silva - SE, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Silvestre Ernani de Goes Monteiro Cabral - GO, Stanley Sá de Carvalho - MA, Vilma Rocha da Silveira - TO, Wander Francisco C de Freitas - ES, Zeles Oliveira Flor - AL

Expediente



CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 Brasília-DF CEP: 70753-530 Fone: (61) 2107-5000

E-mail: unacon@unacon.org.br

Produção

Equipe de Comunicação Unacon Sindical

Jornalista Responsável

Nayara Young

Colaboradores

Bruna Sabarense e Luiza Vaz

Projeto Gráfico e Diagramação

Marcelo Rubartelly

Fotos

Cristiano Costa e Raphael Carmona

Gráfica

A₃ Gráfica e Editora

Tiragem 7 mil



Sumário

Editorial	3
Cerimônia de Abertura	6
Conferência de Abertura	8
Tesouro em Pauta	10
Convenção 151	12
Transparência	14
Grupo de Trabalho	16
Plenária Final	18
Lei de Greve	20
Ética e Corrupção	22
Sucesso	24
Opinião	26
Acesso	27
Galeria de Imagens	28



Abertura conta com a presença de autoridades federais

Paulo Pimenta (PT/RS) e Luiz Navarro (CGU/PR) estavam entre os convidados presentes

Por Bruna Sabarense



anhã cheia. A abertura do II Conacon, realizada no dia 5 de novembro, foi intensa. Além da participação de autoridades públicas, a solenidade teve início com a apresentação do coral da Controladoria-Geral da União (CGU), cantando o Hino Nacional. Aproximadamente 200 servidores da carreira, entre delegados congressuais, observadores e membros natos, acompanharam a cerimônia. O Conacon é uma realização do Unacon Sindical que nesta edição trouxe o tema "A Qualidade do Gasto Público". A primeira edição do evento foi realizada no ano de 2005.

Rudinei Marques, presidente do Sindicato, abriu os trabalhos do Congresso



"Há ferramentas que permitem transparência parlamentar e, assim, o cidadão pode saber onde estão os gastos. Não vejo o mesmo em outros países"

Paulo Pimenta Deputado Federal PT/RS

com destaque para o papel do servidor público. "Pela ética da autenticidade, cada um exerce aquilo que lhe compete em sociedade. Máxima que se aplica, inclusive, a nós servidores públicos. Desta forma, compete à carreira encontrar de que forma podemos melhor servir o país. Este é o objetivo do II Conacon", explica.

O procurador da Fazenda Nacional, Aldemário Araújo Castro e o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, foram convidados para dar início às discussões sobre a qualidade do gasto público. Aldemário começou sua apresentação agradecendo o convite e também aproveitou o espaço para discutir erros e acertos dentro da Advocacia Pública Federal.



"Antes a obrigação era só apontar os erros, agora o Órgão vai alcançando seus objetivos. O quadro está cada vez mais qualificado"

Luiz Navarro CGU/PR

Já Pimenta defendeu o uso das novas tecnologias para aproximar o parlamento e a sociedade, por meio da aplicação do dinheiro público. "É um ganho muito importante, pois existem ferramentas que permitem transparência parlamentar e, assim, o cidadão pode saber onde estão os gastos. Não vejo o mesmo em outros países", avalia.

Na sequência, o secretário-executivo da CGU, Luiz Navarro, frisou que a carreira deve fazer duas reflexões: a primeira sobre os rumos da atividade que exerce, e a segunda a respeito dos assuntos administrativos. Sua reflexão foi sobre o papel da CGU que, segundo ele, deve ser de anticorrupção, e de identificar os perigos que rondam o Controle. "Antes a obrigação era só apontar os erros. Agora, o Órgão

vai alcançando seus objetivos. O quadro está cada vez mais qualificado", afirmou.

O Secretário Federal de Controle Interno da CGU, Valdir Agapito Teixeira, ressaltou que o tema do Congresso foi feliz, porque combina com o Ciclo de Gestão. "Estamos sendo procurados para buscar soluções, mas com a intenção de sempre solucionar juntos". O atual presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Roberto Kupski, também trouxe destaque para a escolha do tema do II Conacon. "A pauta é atual e de relevância para toda a sociedade. Eventos como este trazem a discussão do gasto público com o potencial de contribuir com a melhoria dos serviços prestados", considera.



Carreiras e Gestão Pública

Burocracia, carreiras e gestão pública foram os tópicos que deram o pontapé inicial para o circuito de palestras do II Conacon

Por Luiza Vaz

primeiro dia da rodada de palestras contou com a presença do Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos e da Doutora em administração e professora da Universidade de Brasília (UnB), Leonor Moreira Câmara. As palestras foram mediadas por Filipe Leão, diretor de finanças do Unacon Sindical. "Carreiras e Gestão Pública" foi o subtema da tarde.

A discussão começou com Luiz Alberto que trouxe conceitos, teorias e referências teóricas como Peter Evans, Weber, Howlett e Avner Greif, para falar sobre a evolução da burocracia no Brasil e a interpretação do conceito de carreira. Para tratar deste último, o palestrante recorre ao pensador e estudioso

alemão Max Weber. "As carreiras de inspeção mais pura seguem o tipo ideal do modelo de Weber. Um modelo perfeito e absoluto. Mas quando falamos em carreira, ainda vemos muita confusão entre o conceito de fato e o que a opinião pública entende. A começar pela diferença entre 'fazer' carreira na esfera privada e na Administração Pública. Conceitos que mudam em um processo natural onde influências pessoais, por exemplo, atuam diretamente na construção dele. O que devemos é analisar, com calma, cada questão", afirma.

Segundo ele, o sistema de carreiras ainda está incompleto e a burocracia evoluiu pouco no Brasil, apesar das diversas ações realizadas para reorganizar e melhorar o sistema. "A burocracia

mantém, ainda, características típicas do Estado burocrático-autoritário e das formas corporativistas de representação de interesses adotadas desde a década de 30. Em muitas áreas vigora uma cultura que privilegia o 'secretismo' sob o pretexto de preservar o interesse do Estado", aponta.

Já a Doutora Leonor Moreira Câmara fez uma reflexão sobre três questões da burocracia no contexto democrático. O primeiro se tratava da teoria e da prática no espaço da gestão pública e quais são as dificuldades da academia com a prática da carreira. O segundo ponto foi a Constituição de 1988 e os questionamentos que a democracia traz em um espaço decisório público. E, por último, uma visão positiva da burocracia.

Quanto às dificuldades da academia com a prática da carreira, Leonor parte do princípio de que, antes de ser "de direito", o Estado é "democrático" e que o discurso deve passar pela academia, antes de entrar na esfera prática. "Se no começo tenho uma academia que pensa muito pouco questões teóricas relacionadas à sua prática, por outro lado um dos grandes marcos que prevalece na Constituição ainda é o de democratizar, propor mais eficiência. Numa visão positiva, podemos julgar que são necessárias mudanças para o próprio fortalecimento da esfera pública. Questão delicada que deve, portanto, ser levada, primeiramente, para a academia e não para a gestão", considera.

Leão agradeceu a participação dos palestrantes em nome de toda a carreira. Para ele a contribuição dos painelistas, se estudada com critério, poderá contribuir com a construção de uma carreira mais forte. "Só teremos condições de obter avanços e conquistas a partir de colocações bem fundamentadas como as que os colegas nos brindaram nesta mesa. E cada um, à sua maneira, seja teórica ou empírica, nos saudou com rica bagagem que, com certeza, nos convida à reflexão", conclui.







Avaliação de custos

No segundo dia de palestras, membros da STN falam sobre o tema Sistema de Custos e Avaliação de Gastos no Federalismo Brasileiro

Por Bruna Sabarense

ando continuidade ao II Conacon, na manhã do dia 6 de novembro, os palestrantes Éder Sousa Vogado, Gerente-Substituto na Gerência de Informação de Custos da Coordenação de Informação Fiscal e de Custos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Nerylson Lima da Silva, Diretor-Geral Adjunto da Escola de Administração Fazendária (Esaf), discutiram o tema "Sistema de Custos e Avaliação de Gastos no Federalismo Brasileiro".

As palestras foram mediadas por Márcia Uchôa, vice-presidente do Unacon Sindical. "É um prazer estar entre cole-

gas do Tesouro nesta manhã. Quando falamos em Sistemas de Custos e Avaliação de Gastos no Federalismo Brasileiro, estamos não apenas nos restringindo à Secretaria do Tesouro Nacional mas, também, falando de um tema de interesse da Controladoria-Geral da União. Este é um assunto de importância para as duas Casas", disse.

As atividades começaram com o palestrante Éder Sousa Vogado falando sobre Sistemas de Avaliação de Custos e Monitoramento dos Recursos Públicos. Ele contou um pouco da história da STN, passando pelos desafios até as perspec-



"Quando falamos em Sistemas de Custos e Avaliação de Gastos no Federalismo Brasileiro, estamos não apenas nos restringindo à Secretaria do Tesouro Nacional mas, também, falando de um tema de interesse da Controladoria-Geral da União. Este é um assunto de importância para as duas Casas"

Márcia Uchôa Vice-presidente do Unacon Sindical

tivas para os próximos ciclos do Órgão. Éder definiu o Sistema de Informação de Custo (SIC) como um tema de grande relevância no âmbito da Administração Pública. "Hoje, de uma maneira geral, temos conhecimento da despesa mas não temos, de fato, o domínio do que é custo para essa despesa. O efetivo consumo é

que vai definir o custo", disse. De acordo com Éder, houve um refinamento metodológico dentro da STN. Como não seria viável criar mais um sistema para ser operado, criaram o SIC, que importa diretamente os dados.

Em seguida, Nerylson Lima da Silva começou sua palestra "Qualidade do Gasto Público no Contexto do Federalismo Fiscal Brasileiro" comentando a existência de orçamentos pou-

co realistas no Brasil. O palestrante chamou atenção para o fato de que um gestor eficiente, que alcança resultados com gastos menores, é punido com corte em seu orçamento do ano seguinte. "Precisamos cada vez mais de uma Administração Publica eficiente, transparente e democrática. Que o cidadão contribuinte participe cada vez mais", afirmou. Outro ponto destacado por Nerylson é que, apesar da crescente criação de instrumentos de monitoramento dos gastos públicos, o Brasil ainda tem muito no que avançar nessa área.

Para encerrar, Nerylson afirma que é preciso manter uma qualidade do gasto e combater o desperdício. Explicou ainda que existem dois tipos de desperdício: o ativo, que é a corrupção e o passivo, que é ineficiência. "Existe um forte trabalho no combate a corrupção. Mal que tem que ser combatido diariamente. Mas não é só isso. Precisamos atacar a outra parte do desperdício: a falta de planejamento. O investimento em capacitação para que o servidor possa desempenhar suas atribuições da melhor forma possível, é uma das maneiras para vencer essa lacuna", conclui.



Você sabia?

Apesar de ser muito conhecida como uma banca de concursos públicos, a Escola de Administração Fazendária (Esaf) chega a recusar entre 100 e 150 propostas de realização de exames por ano, em função de dificuldades operacionais em trabalhar com demandas de larga escala. O foco prioritário do órgão é, na verdade, a realização de capacitações. Só no ano de 2011, mais de 101 mil certificados foram efetivamente emitidos. Um recorde para a Escola.



Mendonça discute Convenção 151 da OIT

Secretário da SRT/MPOG abre palestras do último dia de Congresso

Por Bruna Sabarense

a manhã do dia 7 de novembro, terceiro e último dia do II Conacon, Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/ MPOG), iniciou as atividades discutindo o tema "Sindicatos e Democracia". O palestrante falou, principalmente, sobre a Regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A mesa teve como mediador Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, que antes de apresentar Mendonça como representante do governo, o identificou como amigo. "Apesar de atualmente Sérgio estar ocupando uma função no governo, posso garantir que ele é um dos nossos. Tem a militância no sangue".

O Secretário de Relações de Trabalho relembrou a recente rodada de negociação com os servidores públicos, dentre eles os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle. Mendonça reconhece que essa foi a mais longa tratativa já realizada no país.

"Hoje existe uma secretaria de negociação do trabalho, mas não temos uma legislação que estabeleça a negociação coletiva no Brasil. Em 1988, surgiu uma Lei incompleta que não estabelecia como livre a organização Sindical do servidor público. Ou seja, não era possível organizar sindicatos, apenas associações. Não existia direito de greve e não estava prevista a negociação coletiva no Serviço Público. Hoje é consenso que os sindicatos são de extrema importância, pois eles servem justamente para lutar pelos direitos dos servidores", reflete Mendonça, que hoje representa a pasta criada no governo atual para tentar consolidar e aprofundar a negociação de termos e condições de trabalho, solucionando conflitos no serviço público federal.

Por isso Mendonça argumenta a importância da Convenção 151 da OIT. Ele afirma que, uma vez aprovada e em vigor, a legislação irá democratizar as relações de trabalho do setor público. "É preciso trabalhar pela institucionalização da regulamentação dos acordos coletivos e, também, garantir o direito de greve. Já que este está previsto na Constituição. No entanto, é imprescindível que façamos um juízo de razoabilidade, antes de exercer e reivindicar este direito. Basta, para isso, que o movimento não agrida ou interrompa necessidades inadiáveis, como o funcionamento de hospitais, por exemplo", cita.

O palestrante ainda explicou que, para funcionar, o tripé indissociável da liberdade sindical, negociação coletiva e direito de greve deve existir. E com relação à data base, adiantou que "a ideia de data base no processo da Convenção 151 da OTI deve ser discutida; não tem escapatória. Por enquanto, estamos trabalhando com 31 de agosto porque é o prazo legal para o ano sequinte".

Como desafio do Governo para 2013, em relação à Regulamentação da Convenção 151 da OTI, Sérgio Mendonça garante que questões como essas serão contempladas, no planejamento estratégico do Órgão. Como prova disso, antecipa alguns tópicos relacionados à explicitação e ao tratamento dos conflitos "Os conflitos precisam ser bem administrados. Eu acredito que os tratando bem e democraticamente será possível construir compromissos para melhorar a negociação pública", afirma.

Atualmente, o Brasil conta com 11 milhões de servidores públicos. Nos últimos 10 anos, 105 termos de acordo foram firmados com diversas categorias do executivo federal.



É preciso trabalhar pela institucionalização da regulamentação dos acordos coletivos e, também, garantir o direito de greve. Já que este está previsto na Constituição"

Sérgio Mendonça Secretário SRT/MPOG

Lei de Acesso à Informação pauta o debate

Discussões sobre corrupção e inclusão social também estavam entre os principais pontos abordados na manhã do segundo dia de conferências

Por Luiza Vaz

última conferência da manhã do dia 6 de novembro encerrou com o tema "Transparência e o acesso à informação como instrumentos da melhoria do gasto público". O Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria-Geral da União (CGU), Mário Vinícius Spinelli, relatou o aprimoramento do acesso à informação. Fenômeno recente no país.

Vicente de Paula Silva, delegado congressual pelo Rio Grande do Sul, foi o mediador da mesa. "Discutir participação social na Administração Pública conservadora, reacionária e medieval é uma ousadia. A ideia da comissão organizadora desse Congresso é justamente estabelecer um contraponto entre as participações sociais diretas e indiretas, sendo a primeira caracterizada pela questão da transparência e da Lei de Acesso à Informação e a





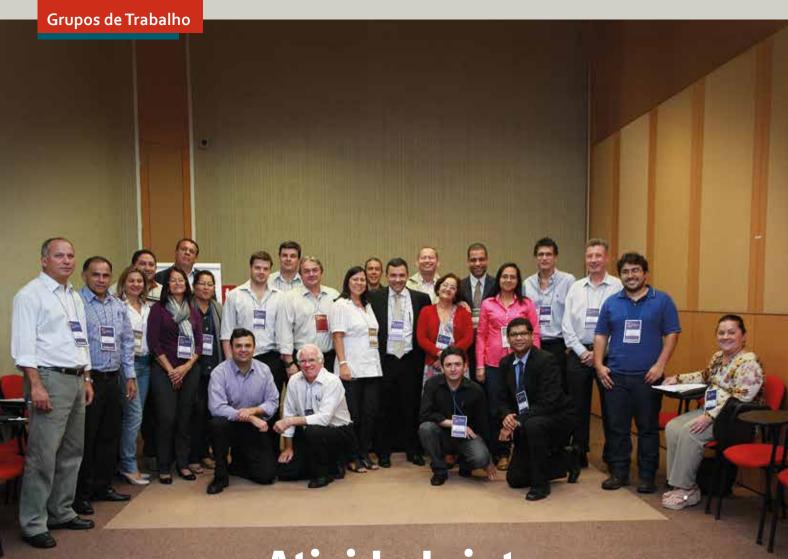
Apesar do atraso, nossa lei é inovadora, arrojada, e tem aspectos importantes que dizem respeito à transparência e ao acesso à informação

Mário Vinícius Spinelli Secretário de Prevenção da Corrupção

segunda conceituada como democracia representativa", argumentou.

Spinelli iniciou sua fala elogiando a nova diretoria do Unacon Sindical e ressaltando a importância desse Congresso. Para ele, a criação da CGU, do Portal da Transparência, da Lei de Acesso e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) impulsionaram significativa melhoria no acesso à informação, nos últimos 10 anos. "A criação da CGU foi fundamental na prevenção da corrupção. Hoje somos reconhecidos pelo combate à corrupção. A melhoria no acesso à informação é importante, também, pois aproxima o cidadão do Estado e o Estado da sociedade", destaca.

O palestrante ainda esclareceu dúvidas sobre os aspectos e o funcionamento da Lei de Acesso à Informação, em vigor no Brasil desde o mês de maio deste ano. Tarde, em relação a países como México, Estados Unidos e Chile, que já tinham implementado a Lei bem antes. "Apesar do atraso, nossa lei é inovadora, arrojada, e tem aspectos importantes que dizem respeito à transparência e ao acesso à informação. O interessante é que órgãos como o Banco Central do Brasil (Bacen) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), têm aberto informações além do mínimo obrigatório em seus portais virtuais. Só essa postura nos coloca em um patamar acima dos demais países", conclui.



Eixo II - Sala 4

Atividade intensa marca os Grupos de Trabalho

Eixo III - Sala 6

Debates contaram com a apreciação de teses e a montagem das diretrizes, nos três dias de Congresso

Por Nayara Young

ivididos em três eixos, os congressistas trabalharam em cima de temas de interesse da carreira, durante todo o Congresso. Com o subtema, "Desenvolvimento Institucional da CGU e STN", o Eixo I lotou as salas um e dois da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC). As salas contaram com a contribuição de 33



Eixo I - Sala 1

inscritos, entre delegados congressuais, membros natos e observadores. Os filiados apreciaram as cinco teses inscritas, que apresentavam propostas que iam desde a capacitação e a flexibilidade na jornada de trabalho, até a nova forma de selecionar municípios para inspecionar a execução de recursos federais.

As salas três e quatro foram destinadas ao debate do Eixo II, com o tema "Fortalecimento e a modernização da Carreira de Finanças e Controle". O grupo esteve encarregado de apreciar a Lei Orgânica, a atribuição dos cargos, alteração da nomenclatura dos cargos, dentre outros. No total, 59 congressistas participaram dos trabalhos.

O Eixo III, que tratou sobre "Política e Organização Sindical", contou com 19 participantes que destacaram a melhoria da atuação e da estrutura da entidade, na sala seis.



Eixo II - Sala 3



Eixo I - Sala 2



Congressistas aprovam 40 diretrizes

Terceiro dia de Congresso foi embalado pelas discussões das diretrizes desenvolvidas nos eixos de trabalho

Por Luiza Vaz



m quase três horas e 30 minutos de discussão, os membros natos, delegados congressuais aprovaram 40 diretrizes durante a plenária final, realizada no dia 7 de novembro. O Unacon Sindical já sistematizou as propostas, em documento único, para implementação futura (ver propostas nos encarte avulso).

A última tarde de palestras do II Conacon teve início com a apresentação de um vídeo com um resumo das atividades do Sindicato. Em seguida, foram discutidas e votadas as diretrizes definidas pelos congressistas nos Grupos de Trabalho. As propostas debatidas estavam situadas em três eixos: o desenvolvimento institucional da Controladoria-Geral da União (CGU) /Secretaria do Tesouro Nacional (STN); o fortalecimento e a modernização da carreira de Finanças e Controle; e a política e organização sindical.



Na composição da mesa estavam os membros da diretoria executiva do Sindicato, Rudinei Marques, Filipe Leão, Roberto Kodama e Daniel Lara, presidente e diretores, respectivamente. "A plenária é um instrumento de suma importância porque resulta na construção de diretrizes que vão nortear a organização e o diálogo. Com pequenas concessões, chegamos a um roteiro que irá comprometer a todos que têm interesse em conferir força e destaque a essa carreira", ressalta Marques.

Os delegados presentes destacaram 13 diretrizes para que fossem esclarecidas dúvidas pertinentes aos assuntos tratados. Entre os temas debatidos estavam a qualidade de trabalho versus o tempo de execução; a implantação de uma jornada de trabalho com horário e local flexíveis; a criação de uma área especializada em auditoria de obras; a limitação da permanência de quatro anos para os ocupantes de função de Direção e Assessoramento Superior (DAS) até o

nível 5; o estabelecimento de um patamar remuneratório compatível com as atividades atuais dos Técnicos de Finanças e Controle (TFC); e a necessidade de auditoria da dívida pública, assim como de divulgação e transparência dos pagamentos relacionados à mesma.



Acompanhe a página da entidade no Facebook e fique por dentro das atualizações do evento. www.facebook.com/UnaconOficial



Direito de greve pauta congressistas

Manhã do último dia de Congresso marca discussão sobre a regulamentação do direito de greve

Por Bruna Sabarense

último dia de palestras contou com a presença do Dirigente Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Pedro Armengol e dos presidentes do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Sérgio Belsito e Marcos Leôncio Ribeiro, respectivamente. Os palestrantes abordaram o tema direito de greve e a importância da União das Carreiras de Estado (UCE).

O coordenador da mesa e atual presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques, deu as boas vindas aos convidados e ressaltou o objetivo da discussão. "A proposta é avaliarmos quais medidas as carreiras de Estado podem e devem adotar para se organizar e, juntas, defender não só as carreiras, mas a sociedade brasileira como um todo".

Dando início ao debate, o Dirigente da CUT abordou a história da luta pela implantação do direito de greve no Brasil e no mundo. "No Brasil, o direito de greve foi garantido apenas em 1946. A greve nunca foi bem vista pela classe dominante. Ela já foi até considerada um crime contra a coroa, na França", lembra.

Segundo Armengol, as greves são vistas de forma preconceituosa e restritiva pela sociedade. Para ele há possibilidade que o cenário melhore, desde que os espaços de negociação sejam qualificados





Os servidores não fazem greve para prejudicar a população, mas para garantir os seus direitos e melhorias no trabalho. O servidor público precisa fazer greve para abrir e fechar uma negociação.

Pedro ArmengolDirigente sindical da CUT

e o debate de regulamentação do direito de greve seja feito de forma única entre todos. "Os servidores não fazem greve para prejudicar a população, mas para garantir os seus direitos e melhorias no trabalho. O servidor público precisa fazer greve para abrir e fechar uma negociação. Porém, hoje vivemos em um ambiente de restrição do exercício do direito de greve", ressalta.

Por isso o presidente do Sinal lembra quais foram as razões que deram início à União das Carreiras de Estado (UCE). "O grupo surgiu no sentido de fazer com que todas as carreiras de Estado buscassem o aperfeiçoamento do serviço publico. É possível que a gente construa uma federação e uma confederação para que possamos ter nessas entidades uma forma também de dividir custos e fazer essa gestão de aperfeiçoamento de legislação", diz.

Para ele o momento pede uma atitude do grupo para reverter a imagem negativa que a opinião pública e a sociedade construíram a respeito do funcionalismo, durante a Campanha Salarial de 2012. "Precisamos trabalhar em conjunto e tirar essa imagem de um serviço público ineficiente. Há uma necessidade muito grande de união dessas entidades e também dessas categorias", ressalta.

Na sequência, o presidente da ADPF ratifica as palavras do dirigente sindical. Assim como Belsito, Leôncio acredita que existe uma lacuna na democracia sindical no Brasil que poderia ser corrigida com a UCE. "Quando falamos em democracia, falamos em pluralidade", ressalta. Em tom de alerta, quanto à emboscada que o próprio governo impôs aos servidores públicos, conclui. "Nós temos que sair dessa armadilha que o governo nos impôs de só discutir sobre o serviço público em época de reajuste salarial. É no diálogo que se constrói verdadeiramente uma carreira e uma instituição sólida e democrática".

Frei Betto encerra rodada de palestras do Congresso

O Frade Dominicano refletiu sobre os Reflexos da Corrupção e da Ineficiência na Realização dos Direitos Humanos, na última palestra do evento

> ara encerrar o último dia de Congresso, o escritor e Frade Dominicano, Frei Betto, discutiu o tema "Gasto Público e Direitos Humanos". Falando sobre os reflexos da corrupção e da ineficiência na realização dos Direitos Humanos, Betto deu início à palestra com uma reflexão. "Estamos hoje na terceira margem do rio, como diz Guimarães Rosa. Um quadro curioso em que nos encontramos à margem do conceito de pecado, mas ainda não chegamos à margem socrática da razão. Daí esse vale-tudo que vemos hoje".



Escritor e Frade Dominicano



A partir da introdução filosófica, o palestrante definiu o Estado como um mal necessário. Para ele, é preciso que haja uma entidade política que normatize as ações da sociedade. Isso porque, de acordo com o escritor, o Estado trabalha com dois braços: o administrativo e o coercitivo. Sendo o braço administrativo relativamente universal e o braço coercitivo fazendo distinção de classe (existe para os pobres, mas não pra outra parte da sociedade). "Dicotomia que ainda provoca muitas falhas, como a mendicância. Só do ser humano ser submetido a mendigar, se humilhar, mostra que o Estado não fez o seu papel", argumenta.

CONTRADIÇÃO – Para o Frade, a Declaração dos Direitos Humanos foi um grande avanço. Mas, segundo ele, faltam ainda os direitos de igualdade e de solidariedade. "Quando a gente fala de Direitos Humanos é preciso ter em mente que América Latina ainda tem uma economia precária, que admite briga por comida. O Brasil tem 16 milhões de pessoas miseráveis, 25 mil escravos e quatro milhões de crianças fora da escola", cita. Para ele, a criação dos Direitos Humanos é resultado das forças de direita que, até hoje, mantém os princípios elitistas que as originaram. "É um completo absurdo a ideia de que ainda existem seres humanos que se acham superiores a outros seres humanos", lamenta.

Depois da leitura do texto de sua autoria, denominado "Ecologia Interior", Frei Betto concluiu a palestra falando que o propósito do seu discurso era compartilhar ideias que cultiva sobre ética, antes de tudo. "Nada mais ético que criar uma sociedade onde todos sejam felizes e tenham liberdade", finalizou.



Rigor e dedicação da diretoria executiva do Unacon Sindical na preparação do II Conacon são reconhecidos pelos participantes

Já era possível notar a satisfação dos congressistas com o evento. Elogios pela organização, relevância dos temas escolhidos e a qualidade das palestras foram tecidos pelos membros natos, delegados congressuais e observadores que vieram até a capital da República debater a qualidade do gasto público, entre os dias 5 e 7 de novembro. "Corresponder às expectativas dos filiados, quanto à qualidade do evento, dos palestrantes e da recepção foi uma das preocupações da Diretoria Executiva. Cumprimos com nossa missão. Só temos motivos para comemorar. E um deles, foi a ampla adesão dos servidores", afirma Daniel Lara, secretário executivo do Sindicato. Confira o depoimento de alguns congressistas, sobre o evento.

Maria do Céo Lins de Oliveira (BA)

"As palestras foram muito boas e minhas expectativas são as melhores. Espero tirar deste evento o melhor possível. Nesses três dias tivemos desde muito aprendizado até entrosamento nos diversos assun-

tos que estão sendo abordados pela carreira e pelo Sindicato"

Carlos Leite (RS)

"Acho que o Conacon é a oportunidade que a carreira tem de realmente discutir os temas relevantes à atividade. Na realidade que vivemos no dia-a-dia, sempre com ordem de serviço pra cumprir em prazos curtos, dificilmente temos essa

oportunidade de parar para discutir realmente os temas que são relevantes. E este evento nos dá essa oportunidade excepcional de escolher, democraticamente, alguns tópicos para orientar nossa atuação, nos próximos anos. O Congresso é realmente a oportunidade que faltava na carreira para que nós pudéssemos dar essa parada, refletir, e dizer: 'é isso que nós queremos'. Acho que foi muito proveitoso. A diretoria nacional está de parabéns"

Carlos César (CE)

"Eu gostei muito da palestra do Luiz Alberto dos Santos (Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil). Ele tratou do lado prático. Questões que lidamos no dia-a-dia, como corrupção e desvio de

dinheiro. É muito interessante refletir sobre um tema presente em nossa rotina. Espero que as propostas aqui apresentadas tenham andamento e que a carreira saia engrandecida com esse evento"

Carlos Gil (RJ)

"As palestras foram bastante interessantes. Todas pertinentes ao nosso trabalho e à nossa vida profissional. As pessoas ficaram muito ansiosas para discutir os temas propostos nos eixos de trabalho e o tempo acabou ficando curto. Mas

no final das contas, as diretrizes ficaram de ótima qualidade devido ao empenho de todo o grupo. Como, por exemplo, as 10 que foram produzidas pelo eixo 1. Agora eu espero que o Sindicato efetivamente se paute, daqui pra frente, também, pelas diretrizes selecionadas e que consigamos alcançar os nossos objetivos"

Audria Constantin (DF)

"Olha, a organização esta de parabéns. Realmente está muito bem organizado. A estrutura física está bem trabalhada, tem bastante adesão, muitos filiados de varias regionais. E eu espero que a

gente possa sair daqui mais fortalecidos,

enquanto carreira"

Estevam Barbosa (PA)

"Em linhas gerais, o Congresso é de suma importância para o desenvolvimento da carreira. E o melhor: de forma democrática, o que é o mais importante. Já que, historicamente, as decisões

da carreira são tomadas praticamente de

forma unilateral, na gestão do Órgão. E os servidores acabam sendo submetidos, muitas vezes, a decisões que não agradam a todos. Aqui temos a oportunidade de sinalizar para o Sindicato os anseios reais dos servidores e da sociedade. Tenho muita esperança de que são tempos novos. A CGU hoje tem um reconhecimento não só institucional, mas também social. Hoje a sociedade sabe o que a CGU faz e diante desses fatores fica muito mais próxima a solução de vários problemas que hoje afligem os servidores e consequentemente afetam o desenvolvimento institucional do Órgão e a autoestima dos servidores da Casa"

Frederico Carlos Janz (DF)

"Gostei da organização e dos palestrantes. Inclusive parabenizo o Sindicato, Rudinei e toda a Diretoria Executiva. Acho que é importantíssimo esse Congresso para a carreira. Na minha opinião,

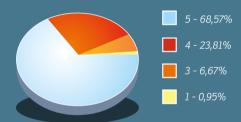
o prazo deveria ser mais curto entre um e outro. Seria interessante que um evento dessa natureza fosse

feito, no máximo, a cada três anos"

Pesquisa aponta preferência dos participantes

Congressistas responderam pesquisas de opinião durante o II Conacon. Veja abaixo o índice de satisfação dos participantes, com o Conaresso e outras auestões

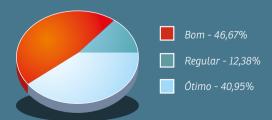
Qual nota, de 1 a 5, você dá para o II Conacon?



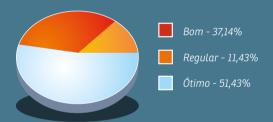
Qual palestrante teve maior destague?



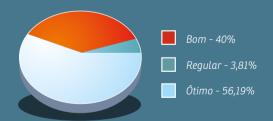
Qual a sua opinião sobre a plenária final?



Oual sua opinião sobre os temas tratados nas palestras?



Qual sua opinião sobre os temas tratados nos eixos de discussão?



Oual sua opinião sobre organização do evento?



Palestrantes disponibilizam material

Apresentações podem ser baixadas diretamente do site do Unacon Sindical A pedido dos participantes, os palestrantes disponibilizaram o arquivo das apresentações para download. As palestras abaixo podem ser baixadas, na íntegra, pelo link: http://migre.me/crgmP

Palestras para download



Sistemas de Avaliação de Custos e o Monitoramento dos Recursos Públicos

• Éder S. Vogado



Qualidade do Gasto Público no Contexto do Federalismo Fiscal Brasileiro

• Nerylson L. da Silva



Burocracias e o **Aprimoramento** da Gestão

• Luiz A. dos Santos



Transparência e Acesso à Informação como Instrumentos da Melhoria do Gasto Público"

• Mário V. Spinelli



A Regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

· Sério Mendonça













CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 Brasília-DF CEP: 70753-530 Fone: (61) 2107-5000 E-mail: unacon@unacon.org.br